

# RIO POLÍMEROS S.A.

CNPJ Nº 01.202.799/0001-61

## RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES - 2010

### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2010 e relatório dos auditores independentes, acompanhadas das respectivas notas explicativas. Os principais destaques relacionados com as operações da Companhia estão evidenciados nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Rio de Janeiro, 08 de abril de 2011. Diretores: **Celso Luiz Tavares Ferreira** e **José Armando Bigueti Teixeira**.  
Contador: Joel Benedito Junior - CRC 1SP-113190/O-7 "S" BA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
Ativo	Nota	2010	2009	01/01/2009
<b>Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	5	46.531	3.523	3.384
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6		64.558	83.103
Contas a receber de clientes	7	170.537	91.931	118.672
Contas a receber-ligadas	10	132.569	5.119	15.994
Estoques	8	177.207	128.930	262.314
Tributos a recuperar	9	55.483	61.691	84.963
Despesas pagas antecipadamente		1.250	5.109	3.475
Demais contas a receber		13.117	2.149	421
		<b>596.694</b>	<b>363.010</b>	<b>572.326</b>
<b>Não circulante</b>				
Tributos a recuperar	9	123.161	197.251	211.898
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	227.257	231.152	255.674
Depósitos judiciais		2.163	2.134	1.974
Imobilizado	11	1.964.202	2.042.248	2.069.283
Intangível	12	118.898	123.706	162.713
		<b>2.435.681</b>	<b>2.596.491</b>	<b>2.701.542</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3.032.375</b>	<b>2.959.501</b>	<b>3.273.868</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)			
	Nota	2010	2009
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>23</b>	<b>1.388.070</b>	<b>1.094.276</b>
Custo dos produtos vendidos		(1.090.542)	(1.049.716)
<b>Lucro bruto</b>		<b>297.528</b>	<b>44.560</b>
<b>Receitas (despesas)</b>			
Com vendas		(81.944)	(34.406)
Gerais e administrativas		(55.953)	(50.351)
Outras despesas operacionais, líquidas	18	(52.896)	
<b>Lucro (prejuízo) operacional</b>		<b>106.735</b>	<b>(40.197)</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Despesas financeiras	19	(148.506)	(233.628)
Receitas financeiras	19	(1.730)	333.263
		<b>(150.236)</b>	<b>99.635</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(43.501)</b>	<b>59.438</b>
Imposto de renda e contribuição social - correntes		149	(5.212)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	13	(1.877)	(28.753)
		<b>(1.728)</b>	<b>(33.965)</b>
		<b>(45.229)</b>	<b>25.473</b>
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>			
Número de ações em circulação no final do exercício (em milhares)		1.271.898	1.271.898
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação do fim do exercício (R\$ por ação)</b>		<b>(0,0356)</b>	<b>0,0200</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)				
	Nota	Capital social	Legal	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2008</b>		<b>1.469.806</b>	<b>1.754</b>	<b>24.991</b>
Ajustes da adoção inicial dos CPC's	4			
<b>Saldos ajustados em 1 de janeiro de 2009</b>		<b>1.469.806</b>	<b>1.754</b>	<b>24.991</b>
Lucro líquido do exercício				
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>		<b>1.469.806</b>	<b>1.754</b>	<b>24.991</b>
Aumento do capital social	17(a)	570.000		
Prejuízo do exercício				(45.229)
Absorção de prejuízos	17(d)		(1.754)	(24.991)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>2.039.806</b>		<b>(352.759)</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)		
	2010	2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.501)	59.438
Ajuste para reconciliação do resultado		
Depreciação e amortização	122.405	100.361
Baixas de ativos imobilizados	19.510	23
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	89.545	(159.568)
Provisões diversas	(12.086)	(1.666)
	<b>175.873</b>	<b>(1.412)</b>
Varição do capital circulante operacional		
Contas a receber de clientes	(206.939)	40.433
Estoques	(53.683)	122.798
Tributos a recuperar	50.284	48.305
Despesas pagas antecipadamente	4.185	(1.634)
Demais contas a receber	(13.356)	(68)
Fornecedores	131.278	(13.693)
Tributos a recolher	1.258	(109.945)
Adiantamentos de clientes	55.550	59.547
Demais contas a pagar	(88.334)	42.988
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>56.116</b>	<b>187.319</b>
Juros pagos	(105.423)	(124.655)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(15.936)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(49.307)</b>	<b>46.728</b>
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	64.558	18.545
Adições ao imobilizado	(48.890)	(23.340)
Adições ao intangível	(225)	(65)
<b>Geração (aplicação) de caixa em investimentos</b>	<b>15.443</b>	<b>(4.860)</b>
Empréstimos e financiamentos		
Captações	96.995	283.844
Pagamentos	(1.408.800)	(325.573)
Partes relacionadas		
Captações	127.939	
Pagamentos	(48.061)	
Aumento de capital	570.000	
Adiantamento para futuro aumento de capital	738.799	
<b>Geração (aplicação) de caixa em financiamentos</b>	<b>76.872</b>	<b>(41.729)</b>
<b>Geração de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>43.008</b>	<b>139</b>
Representado por		
Caixa e equivalentes no início do exercício	3.523	3.384
Caixa e equivalentes no final do exercício	46.531	3.523
<b>Geração de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>43.008</b>	<b>139</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A Rio Polímeros S.A. ("Riopol" ou "Companhia") possui uma capacidade de fabricação de 540 mil toneladas anuais de polietileno, a partir de fração do gás natural produzido na Bacia de Campos. Sua unidade industrial localiza-se no Complexo Gás Químico em Duque de Caxias - RJ. A Companhia é uma controlada direta da Braskem S.A. ("Braskem"), que detém, em 31 de dezembro de 2010, 100% de participação no seu capital social. • **Reorganização societária:** (i) Em 29 de junho de 2010, a AGE da Quattor Participações S.A. ("Quattor") aprovou a redução do seu capital social com a restituição à Braskem da totalidade dos investimentos que detinha na Riopól. (ii) Em 9 de agosto de 2010, o BNDESPAR exerceu a opção de venda das ações e a Braskem adquiriu 190.784.674 ações ordinárias e 30 ações preferenciais da Riopól. Com essa aquisição, que correspondia a 15% do capital total da Riopól, a Braskem, passou a deter, de forma direta e indireta, 90% do capital total da Riopól. Ainda por conta da opção de venda exercida pelo BNDESPAR, a Petrobras adquiriu ações do capital da Riopól que representavam 10% do seu capital total. (iii) Em 30 de agosto de 2010, a AGE da Braskem aprovou a incorporação das ações da Riopól, convertendo-a em subsidiária integral da Braskem. Por conta dessa incorporação de ações, a controlada da Braskem, Quattor Petroquímica, que detinha o equivalente a 9,02% do capital da Riopól, recebeu ações da Braskem. **2. Sumário das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente com as da Braskem em todos os exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o valor justo de ativos e passivos financeiros na data de transição das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior grau de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia. As principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas anteriormente no Brasil ("BR GAAP") e CPCs, incluindo as reconciliações do patrimônio líquido e do resultado do exercício estão descritas na Nota 4. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com vencimentos de até três meses, ou menos, deduzidos das utilizações de contas garantidas. São prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **2.3 Instrumentos financeiros:** Entende-se por instrumento financeiro qualquer contrato que produza um ativo financeiro para uma entidade e um passivo financeiro ou título patrimonial para uma outra entidade. **2.3.1 Classificação: Empréstimos e recebíveis -** São ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os saldos de contratos de conta corrente com empresas ligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber, caixa e equivalentes de caixa, e investimentos de curto. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juros efetiva. **Ativos mantidos até o vencimento -** São basicamente os ativos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis por serem cotados em um mercado ativo. Neste caso, estes ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.3.2 - Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **2.3.3 - Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.3.4 - Impairment de ativos financeiros:** Ativos negociados ao custo amortizado: A Companhia avalia, no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro, classificado como mantido até o vencimento, está deteriorado. As perdas são registradas quando há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos. A quantia da perda é determinada pela diferença entre a quantia contabilizada do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo créditos de perdas futuras que ainda não ocorreram), descontados pela taxa efetiva original do ativo. A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de *impairment* de contas a receber de clientes contempla 100% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias, 50% do montante dos títulos vencidos há mais de 90 dias e 100% do montante dos títulos em cobrança judicial. Também é incluído neste cálculo, o montante dos títulos derivados de uma segunda renegociação com os clientes, bem como todos os títulos derivados da primeira renegociação e com prazo de recebimento superior a 24 meses. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo. **2.4 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente, quando aplicável, deduzidas da provisão para perda por *impairment*. **2.5 Estoques:** Os estoques são demonstrados ao menor entre custo médio das compras ou produção e o valor realizável líquido. Valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios da Companhia menos despesas com vendas variáveis aplicáveis. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. A Companhia custeia seus estoques pelo método de absorção, utilizando a média móvel ponderada. As provisões de perda ao valor recuperável para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. **2.6 Ativo imobilizado:** O imobilizado é demonstrado pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas, quando aplicável. O custo abrange, o preço de aquisição, os encargos financeiros incorridos no financiamento durante a fase de construção (Nota 11), incluindo a variação cambial e monetária e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o ativo em condições de uso. Os gastos subsequentes às aquisições decorrentes de paradas programadas de manutenção e/ou troca de sobressalentes com os correspondentes serviços são agregados no valor contábil do correspondente ativo. As paradas ocorrem em períodos programados que variam de dois a seis anos e os respectivos gastos são depreciados até o início da seguinte correspondente parada. Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e de suas controladas e originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro são registrados inicialmente pelo valor justo e são depreciados linearmente pela vida útil remanescente ou pelo prazo do contrato o que for menor. As taxas médias de depreciação dos ativos são calculadas usando o método linear para alocar seus custos

durante a vida útil média estimada dos bens, como segue:

• Edifícios e benfeitorias	2,50%
• Máquinas, equipamentos e instalações	5,28%
• Móveis e utensílios	9,95%
• Equipamentos de informática	19,54%
• Outros	12,42%

**2.7 Ativo intangível:** Os grupos de contas que compõe o ativo intangível são os seguintes: (a) Marcas e patentes: Incluem as marcas registradas, as tecnologias adquiridas de terceiros e as adquiridas em uma combinação de negócios. São registradas pelo custo de aquisição menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. As marcas e patentes com vida útil definidas são amortizadas pelo método linear com base na vida útil estimada dos bens (entre 15 e 20 anos) ou pelo prazo do contrato. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são contabilizados no resultado, quando incorridos. (b) Software e direito de uso: É registrado pelo custo menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor de recuperação, quando aplicável. O custo abrange o preço de aquisição e todos os demais custos diretamente relacionados para colocar o software em condições de uso. Os softwares com vida útil definida são amortizados pelo método linear com base na sua vida útil estimada (entre 3 a 10 anos) ou pelo prazo do contrato. Os gastos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

**2.8 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de provisão do valor de recuperação sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda referente a provisão do valor de recuperação é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Os ativos não financeiros, que tenham sofrido provisão do valor recuperável, são revisados para a análise de uma possível reversão dessa provisão na data de elaboração das demonstrações financeiras. Os ativos que têm vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização, e são testados pelo menos uma vez ao ano para verificação de possível reconhecimento de provisão do valor de recuperação. Esses são alocados às Unidades de negócios para fins de teste de verificação de provisão do valor de recuperação. **2.9 Demais ativos:** Os demais ativos são apresentados pelo valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, ao custo. **2.10 Contas a pagar a fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

**2.11 Financiamentos:** Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, e em alguns casos, líquido dos custos da transação incorridos na estruturação da operação. Subseqüentemente, são apresentados acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido. **2.12 Provisões:** Provisões são reconhecidas no balanço quando a Companhia possui obrigação legal, contratual ou constituída como resultado de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação com base em estimativa confiável de valor. As provisões para contingências tributárias, trabalhistas e outras são constituídas com base na expectativa de perda provável nos respectivos processos em andamento, manifestada pelos consultores jurídicos externos da Companhia (Nota 16). As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa líquida de impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base de cálculo negativa, despesas contábeis temporariamente não dedutíveis e receitas contábeis temporariamente não tributáveis decorrentes de diferenças entre as bases fiscais e os valores contábeis, seguindo o método do passivo. As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido ("IR e CSLL") da Companhia são de 25% e 9%, respectivamente. Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária. **2.14 Ativos contingentes, obrigações legais e depósitos judiciais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e obrigações legais são efetuados de acordo com o CPC 25 da seguinte forma: (i) Ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) Obrigações legais - decorrem de obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. (iii) Depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. Em tais casos, o depósito no ativo é compensado no passivo relacionado. **2.15 Reconhecimento da receita de vendas:** As receitas com vendas representam o valor justo do valor recebido ou a receber pela venda de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apurada em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas são apresentadas líquidas de imposto sobre o valor acrescentado, devoluções, abatimentos e descontos e após eliminação de vendas dentro do grupo. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas (i) quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável e a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta; (ii) os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito à contestação podem ser mensurados de maneira confiável; (iii) é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia; e (iv) os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador. Os fretes de vendas são incluídos no custo das vendas. As vendas da Companhia são, em sua maioria, para clientes industriais e, em menor volume, para revendedores. As entregas são feitas basicamente por caminhão e tubovia. Com base na experiência da Companhia, não são estimadas e provisionadas devoluções de vendas ou descontos, e não há garantias de perdas relacionadas ao desempenho dos produtos. **3. Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas:** Práticas contábeis críticas são aquelas que: (a) são importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e (b) requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. A medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a possível solução futura dessas incertezas, esses julgamentos se tornam ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adotou variáveis e premissas

derivadas de experiência histórica e vários outros fatores que entende como razoáveis e relevantes. Ainda que estas estimativas e premissas sejam revistas pela Companhia no curso ordinário dos negócios, a demonstração da sua condição financeira e dos resultados das operações frequentemente requer o uso de julgamentos quanto aos efeitos de questões inerentemente incertas sobre o valor contábil dos seus ativos e passivos. Os resultados reais podem ser distintos dos estimados sob variáveis, premissas ou condições diferentes. De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, estão incluídos, a seguir, comentários referentes a cada prática contábil crítica consideradas de maior complexidade, quando da preparação dessas demonstrações financeiras: **3.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O método do passivo, descrito no CPC 32 para contabilização do imposto de renda e contribuição social, é usado para imposto de renda e contribuição social diferidos gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, submetidos anualmente aos órgãos da Administração da Companhia. Estas projeções consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os impostos diferidos passivos da mesma entidade pagadora de impostos são levados em conta como uma fonte de recuperabilidade de ativos fiscais diferidos, com base no tempo de reversão esperada. **3.2 Vida útil de ativos de longa duração:** A Companhia reconhece a depreciação de seus ativos de longa duração com base em vida útil estimada, que é baseada nas práticas da indústria e experiência prévia e refletem a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. **3.3 Contingências:** A Companhia está atualmente envolvida em processos judiciais e administrativos, conforme descrito na (Nota 16). A Companhia provisiona os valores relacionados às contingências em que suas chances de êxito, de acordo com a avaliação de seus assessores externos, são remotas. A administração da Companhia acredita que suas avaliações, baseada na opinião dos assessores externos, são apropriadas, embora possa diferir dos resultados efetivos, quando apurados. **3.4 Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa:** Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ágio e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia (Nota 2.8). Quando o valor residual de um ativo exceder seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma provisão readequando o saldo de livros destes ativos. **4. Transição para o CPC:** **4.1 Transição das práticas contábeis:** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações financeiras anuais em conformidade com os CPC's. A Companhia aplicou os CPC's 37 (R1) e 43(R1) na preparação destas demonstrações financeiras individuais. A data de transição é 1 de janeiro de 2009. A administração preparou os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPC's naquela data. **4.2 Isenções e exceções na transição das práticas contábeis:** A Companhia optou por aplicar as seguintes isenções e exceções com relação à aplicação retrospectiva, previstas no CPC 37 (R1) na preparação do balanço de abertura. **4.2.1 - Isenções da aplicação retrospectiva:** As seguintes isenções opcionais previstas nas normas acima mencionadas não se aplicam à Companhia: • As normas referentes à arrendamento mercantil CPC 06 (R1) não foram aplicadas por não serem relevantes às operações da Companhia; • As normas relativas a instrumentos financeiros compostos, uma vez que a Companhia não tem saldo em aberto relacionado a esse tipo de instrumento financeiro na data de transição; • As normas relativas a passivos para restauração incluídos no custo de terrenos, edifícios e equipamentos, já que a Companhia não tem quaisquer passivos deste tipo na data de transição; e • Ativos financeiros ou ativos intangíveis contabilizados de acordo com o ICP 01, já que a Companhia não tem contratos firmados sob o escopo destas normas. **4.2.2 - Exceções da aplicação retrospectiva:** Estimativas - segundo os CPC's, em 1 de janeiro de 2009, as estimativas eram consistentes com as práticas contábeis adotadas anteriormente pela Companhia. A seguinte exceção de aplicação retrospectiva, remanescentes, não se aplica à Companhia: • Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros. **4.3 Reconciliação entre BR GAAP e CPC's:** O CPC 37 (R1) requer que a Companhia prepare uma reconciliação do patrimônio líquido na data de transição. Requer, também, a reconciliação do patrimônio líquido, da demonstração do resultado do exercício, da demonstração do resultado abrangente e da demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro de

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010**  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2009. As tabelas a seguir apresentam as reconciliações das demonstrações financeiras para o balanço de abertura e demonstrações para 31 de dezembro de 2009. **Conciliação do balanço patrimonial de abertura e das demonstrações financeiras:** • **Balanço patrimonial:**

Ativo	Nota (4.4)	1 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
		BR GAAP	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's	BR GAAP	Ajustes de GAAP	Ajustado aos CPC's
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		3.384		3.384	3.523		3.523
Ativos financeiros mantidos até o vencimento		83.103		83.103	64.558		64.558
Contas a receber de clientes		118.672		118.672	91.931		91.931
Estoques		262.314		262.314	128.930		128.930
IR e CSL diferidos	(d.i)			11.069		(11.069)	
Tributos a recuperar	(b)	75.738	9.225	84.963	60.209	1.482	61.691
Demais contas a receber		19.890		19.890	12.377		12.377
		<b>563.101</b>	<b>9.225</b>	<b>572.326</b>	<b>372.597</b>	<b>(9.587)</b>	<b>363.010</b>
<b>Não circulante</b>							
Tributos a recuperar	(b)	165.703	46.195	211.898	185.133	12.118	197.251
IR e CSL diferidos	(c) e (d.i)	134.901	120.773	255.674	115.965	115.187	231.152
Depósitos judiciais	(d.ii)	60	1.914	1.974	2.040	94	2.134
Imobilizado	(b)	2.069.283		2.069.283	2.055.848	(13.600)	2.042.248
Intangível		162.713		162.713	123.706		123.706
Diferido	(a)	355.214	(355.214)		306.229	(306.229)	
		<b>2.887.874</b>	<b>(186.332)</b>	<b>2.701.542</b>	<b>2.788.921</b>	<b>(192.430)</b>	<b>2.596.491</b>
		<b>3.450.975</b>	<b>(177.107)</b>	<b>3.273.868</b>	<b>3.161.518</b>	<b>(202.017)</b>	<b>2.959.501</b>
<b>Total do ativo</b>							
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>							
<b>Circulante</b>							
Fornecedores	(d.iii)	33.800	(12.388)	21.412	40.120	(18.374)	21.746
Financiamentos		361.116		361.116	375.326		375.326
Tributos a recolher					52.282	(1.088)	51.194
Demais contas a pagar	(d.iii)	187.469	12.388	199.857	124.577	18.374	142.951
		<b>582.385</b>		<b>582.385</b>	<b>592.305</b>	<b>(1.088)</b>	<b>591.217</b>
<b>Não circulante</b>							
Financiamentos		1.479.723		1.479.723	1.141.085		1.141.085
IR e CSL diferidos	(c)				4.232		4.232
Tributos a recolher	(b)	73.043		73.043	70.885	(11.359)	59.526
Provisão para contingências	(d.ii)		1.914	1.914	1.071	94	1.165
		<b>1.552.766</b>	<b>1.914</b>	<b>1.554.680</b>	<b>1.213.041</b>	<b>(7.033)</b>	<b>1.206.008</b>
		<b>1.315.824</b>	<b>(179.021)</b>	<b>1.136.803</b>	<b>1.356.172</b>	<b>(193.896)</b>	<b>1.162.276</b>
		<b>3.450.975</b>	<b>(177.107)</b>	<b>3.273.868</b>	<b>3.161.518</b>	<b>(202.017)</b>	<b>2.959.501</b>
<b>Demonstração do resultado do exercício</b>							

	Nota (4.4)	31 de dezembro de 2009		
		BR GAAP	Reclassificações BRGAAP (4.5)	Ajustado aos CPC's
<b>Receita líquida de vendas</b>		<b>1.094.276</b>		<b>1.094.276</b>
Custo dos produtos vendidos	(a)	(1.030.520)	(68.181)	(1.098.701)
<b>Lucro bruto</b>		<b>63.756</b>	<b>(68.181)</b>	<b>48.985</b>
<b>Receitas (despesas)</b>				
Com vendas		(102.587)	68.181	(34.406)
Gerais e administrativas		(50.351)		(50.351)
<b>Lucro operacional</b>		<b>(89.182)</b>		<b>48.985</b>
<b>Resultado financeiro</b>	(b)	<b>142.608</b>		<b>(42.973)</b>
<b>Lucro antes do IR e da CSL</b>		<b>53.426</b>		<b>59.438</b>
IR e CSL correntes		(5.212)		(5.212)
IR e CSL - diferidos	(c)	(7.866)		(20.887)
		<b>(13.078)</b>		<b>(33.965)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>40.348</b>		<b>(14.875)</b>

**(a) Reconciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício**

	Nota (4.4)	1 de janeiro de 2009		31 de dezembro de 2009	
		Patrimônio líquido	Lucro líquido	Patrimônio líquido	Lucro líquido
Conforme BR GAAP		1.315.824	1.356.172	40.348	40.348
Reversão ajuste a valor presente sobre impostos	(b)	55.420	(41.683)	(55.420)	(55.420)
Reversão do saldo do ativo diferido	(a)	(355.214)	(306.229)	48.985	48.985
Constituição ajuste a valor presente sobre impostos	(b)		54.130	12.447	12.447
IR e CSL diferidos sobre os ajustes de prática	(c)	120.773	99.886	(20.887)	(20.887)
<b>Ajustado aos CPC's</b>		<b>1.136.803</b>	<b>1.162.276</b>	<b>25.473</b>	<b>25.473</b>

**(b) Reconciliação dos fluxos de caixa**

	BR GAAP	31 de dezembro de 2009	
		Ajustes de prática	Ajustado aos CPC's
Lucro líquido antes do IR e CSL conforme divulgado	53.426	6.012	59.438
Ajustes para reconciliação do lucro líquido	(25.465)	(35.385)	(60.850)
Varição dos ativos e passivos	18.767	29.373	48.140
Caixa gerado pelas atividades operacionais	46.728		46.728
Caixa utilizado em atividades de investimento	(4.860)		(4.860)
Caixa utilizado em atividades de financiamento	(41.729)		(41.729)
<b>Varição líquida de caixa</b>	<b>139</b>		<b>139</b>
Caixa no início do exercício	3.384		3.384
Caixa no final do exercício	3.523		3.523
<b>Varição líquida de caixa</b>	<b>139</b>		<b>139</b>

**4.4 Notas da reconciliação entre BR GAAP e CPC's:** (a) **Reversão do saldo do ativo diferido:** Para cumprimento das novas práticas contábeis brasileiras e convergência ao CPC, a Companhia reverteu integralmente o saldo do ativo diferido no valor de R\$ 355.214 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 306.229 em 31 de dezembro 2009, com impacto em lucros acumulados no montante de R\$ 355.214 e R\$ 306.229, respectivamente. Essas reversões geraram um reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 120.773, em 1 de janeiro de 2009 e R\$ 104.118, em 31 de dezembro de 2009. O resultado do exercício de 2009 foi impactado pela reversão da amortização registrada originalmente no montante de R\$ 48.985, com impacto de imposto de renda e contribuição social diferidos no valor de R\$ 16.655. (b) **Reversão ajuste a valor presente sobre impostos:** A Companhia reverteu integralmente os saldos de ajustes de tributos a recuperar em 1 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2009, e impactaram as seguintes rubricas:

	1 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
	Valor Ajuste	IR diferido Ativo	Impacto resultado	Valor Ajuste	IR e CSL diferidos Passivo	Resultado
Ativo						
Tributos a recuperar - circulante			9.225			1.482
Tributos a recuperar - não circulante			46.195			12.118
Imobilizado			55.420			(13.600)
Passivo e patrimônio líquido						
Tributos a recolher - circulante						(1.088)
Tributos a recolher - não circulante						(11.359)
IR e CSL diferidos - passivo não circulante						4.232
Lucros acumulados			55.420			55.420
Resultado do exercício						(47.205)
DRE			55.420			
Resultado financeiro						(42.973)
IR e CSL diferidos						(4.232)
Resultado do exercício						(47.205)

(c) **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes oriundos das mudanças das práticas contábeis para adoção das CPC's às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente. Estão demonstrados a seguir o imposto de renda e contribuição social diferidos com impacto no ativo, passivo e resultado:

	Nota (4.4)	1 de janeiro de 2009			31 de dezembro de 2009		
		Valor Ajuste	IR diferido Ativo	Impacto resultado	Valor Ajuste	IR e CSL diferidos Passivo	Resultado
<b>Ajustes com efeito de IR e CSL Diferidos:</b>							
Reversão do saldo do ativo diferido	(a)	355.214	120.773	306.229	(48.985)	104.118	
Constituição ajuste a valor presente sobre impostos passivos	(b)			12.447	12.447		
<b>IR e CSL diferidos</b>		<b>120.773</b>		<b>104.118</b>	<b>4.232</b>	<b>(4.232)</b>	

**(d) Reclassificações:** As reclassificações a seguir foram efetuadas nas demonstrações financeiras da Companhia com o objetivo de adequá-las aos requerimentos dos pronunciamentos emitidos pelos CPC's: (i) O saldo de IR e CSL diferidos, que era apresentado no ativo circulante, foi classificado para o não circulante no montante de R\$ 10.580 em 31 de dezembro de 2009. (ii) O CPC 26 determina que ativos e passivos, e receitas e despesas não devem ser compensados, pois a compensação pode comprometer a leitura das demonstrações financeiras e a avaliação dos futuros fluxos de caixa da Companhia. Dessa forma, os saldos de depósitos judiciais que eram compensados com suas respectivas provisões foram reclassificados para a linha própria no ativo não circulante nos montantes de R\$ 1.914 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 94 em 31 de dezembro de 2009. As contra partidas das reclassificações foram em provisões para contingências, no não circulante, nos montantes de R\$ 1.914 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 94 em 31 de dezembro de 2009. (iii) Os saldos de provisões de royalties, matérias-primas e serviços foram reclassificados para demais contas a pagar no passivo não circulante, no montante de R\$ 12.388 em 1º de janeiro de 2009 e R\$ 18.374 em 31 de dezembro de 2009. **4.5 Reclassificações de BRGAAP:** • No resultado do exercício das demonstrações financeiras de 2009, os fretes de vendas que haviam sido apresentados em "despesas com vendas" foram reclassificados para "custo dos produtos vendidos" no montante de R\$ 39.537; e • No resultado do exercício das demonstrações financeiras de 2009, as despesas com royalties que haviam sido apresentados em "despesas com vendas" foram reclassificados para "custo dos produtos vendidos" no montante de R\$ 28.644.

**5. Caixa e equivalentes de caixa**

	2010	2009	01/01/2009
Caixa e bancos	45.574	3.523	3.384
Aplicações financeiras	957		
<b>Total</b>	<b>46.531</b>	<b>3.523</b>	<b>3.384</b>

As aplicações financeiras correspondem basicamente por Certificados de Depósitos Bancários - CDB e por fundos de aplicação de curto prazo, os quais apresentam resgate imediato. Essas aplicações foram classificadas como "mantidas para negociação" e estão mensuradas ao valor justo, cuja variação é reconhecida no resultado.

**6. Títulos e valores mobiliários**

	2010	2009	01/01/2009
<b>Ativos financeiros mantidos até o vencimento</b>			
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2.001		32.620
Money Market Funds (*)	28.311		50.483
Debêntures compromissadas	34.246		
	<b>64.558</b>		<b>83.103</b>

(\*) Indexados ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 o montante "offshore" estava vinculado aos empréstimos com as instituições US Ex-Im Bank e Sace, que foram integralmente liquidados em 2010.

**7. Contas a receber de clientes**

	2010	2009	01/01/2009
Clientes			
Mercado interno	128.691	73.619	90.733
Mercado externo	46.250	22.002	32.546
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.404)	(3.690)	(4.607)
<b>Total no ativo circulante</b>	<b>170.537</b>	<b>91.931</b>	<b>118.672</b>

A composição de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	2010	2009	01/01/2009
Títulos vencidos			
Até 90 dias		12.573	4.312
de 91 a 180 dias	2.504	2.208	
A partir de 180 dias	4.090	3.447	2.427
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.404)	(3.690)	(4.607)
Total dos títulos vencidos	2.190	14.538	2.132
Títulos a vencer	168.347	77.393	116.540
<b>Total da carteira de clientes</b>	<b>170.537</b>	<b>91.931</b>	<b>118.672</b>
% dos títulos vencidos sobre total da carteira de clientes	1%	16%	2%

A movimentação do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2010	2009	01/01/2009
Saldo da provisão no início do exercício	(3.690)	(4.607)	(1.580)
Provisões do exercício	(714)	(1)	(3.027)
Baixa de títulos considerados incobráveis		918	
Saldo da provisão no final do exercício	<b>(4.404)</b>	<b>(3.690)</b>	<b>(4.607)</b>

**Qualidade do contas a receber de clientes:** A quase totalidade dos clientes da Companhia não possui classificação de risco concedida por agências avaliadoras. Por essa razão, a Companhia desenvolveu um sistema próprio para classificação em: (a) análise qualitativa efetuada pelas áreas comercial e de crédito, que aborda aspectos gerais do cliente e seu mercado de atuação, assim como seu histórico/comportamento junto à Riopol e outros fornecedores e bancos; (b) análise das demonstrações financeiras; e (c) utilização da classificação de risco da SERASA Experian como referência. A combinação desses três pontos define a classificação de risco para os clientes do mercado interno, a qual está apresentada abaixo juntamente com a distribuição da carteira de títulos a receber em 31 de dezembro de 2010. A Companhia não aplica essa avaliação para todos os clientes do mercado externo tendo em vista que grande parte dos títulos a receber está garantida por seguro e/ou cartas de crédito emitidas por bancos.

**Categoria de risco**

	2010	2009	01/01/2009
1 Risco Mínimo			23,59%
2 Risco Baixo			27,73%
3 Risco Médio			36,66%
4 Risco Alto			1,35%
5 Risco Muito Alto		(i)	10,66%

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil de cada faixa de contas a receber apurados com base nos percentuais acima. (i) Quase a totalidade dos clientes classificados nessa categoria de risco de crédito apresenta-se inativa, sendo que os respectivos títulos em aberto desses clientes estão em fase de cobrança judicial. As novas compras efetuadas pelos poucos clientes ativos classificados nessa categoria são efetuadas somente mediante pagamento antecipado.

**8. Estoques:**

	2010	2009	01/01/2009
Produtos acabados e em processo	101.497	61.244	215.264
Matérias-primas e auxiliares	23.912	18.486	18.701
Materiais de manutenção	28.532	28.001	22.683
Importações em andamento	23.266	21.841	10.724
Provisões para perdas nos estoques		(642)	(5.058)
<b>Total no ativo circulante</b>	<b>177.207</b>	<b>128.930</b>	<b>262.314</b>

**9. Tributos a recuperar:**

	2010	2009	01/01/2009
ICMS	158.825	205.000	219.011
PIS e COFINS	1.495	32.233	59.448
Imposto de renda e contribuição social	17.721	21.709	18.402
Outros	603		
<b>Total</b>	<b>178.644</b>	<b>258.942</b>	<b>296.861</b>
No ativo circulante	55.483	61.691	84.963
No ativo não circulante	123.161	197.251	211.898
<b>Total</b>	<b>178.644</b>	<b>258.942</b>	<b>296.861</b>

**a) ICMS:** A Companhia possui saldo de ICMS, no montante de R\$ 59.133, registrado em seu ativo composto por valores do imposto estadual devidos sobre a importação de equipamentos e peças destinados à construção de parque industrial, cujo pagamento encontra-se diferido por um prazo de 6 (seis) anos a contar de seu fato gerador, nos termos do Decreto-Lei nº 25.665/1999, sendo que, a partir do vencimento do referido tributo, a Companhia tem o direito à compensação dos créditos de ICMS nas suas operações à razão de 1/48 avos. Tal saldo compõe-se também de créditos do referido imposto, no montante de R\$

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas, no montante de R\$ 138.216, cujas projeções de realização estão suportadas pelo Plano de Negócios da Companhia para os próximos 5 anos. As projeções de rentabilidade suportam a realização desses impostos diferidos nos seguintes prazos:

	2010	2009	01/01/2009
2010		25.701	45.786
2011	48.404	25.738	28.323
2012	48.137	38.643	51.210
2013	60.302	47.156	65.951
2014 em diante	68.200	89.682	64.404
	<b>225.043</b>	<b>226.920</b>	<b>255.674</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis. Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de exercícios anteriores não possuem prazo prescricional e tem compensação limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia. **(b) Reconciliação dos efeitos de imposto de renda e contribuição social no resultado:** A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2010	2009
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(43.501)	59.438
Alíquota nominal combinada do IR e da CSL	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	14.789	(20.209)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva		
Despesas indedutíveis	(681)	(56)
Efeitos da Lei nº 11.638	976	(13.700)
Movimentação de Parte B sem constituição IR/CSL diferido	(17.128)	
Outros	167	
IR/CSL a ajuste de declaração	149	
<b>Efeito do IR e CSL no resultado</b>	<b>(1.728)</b>	<b>(33.965)</b>

Os valores apresentados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010 e de 2009 consideram adoção do Regime Tributário Transitório ("RTT") pela Companhia, conforme facultado pela Lei 11.941/09, que tem por objetivo manter a neutralidade fiscal das alterações na legislação societária brasileira introduzidas pela Lei 11.638/07 e pela própria Lei 11.941/09. A opção em definitivo do RTT foi manifestada na entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIFJ do ano calendário 2008. Quando aplicável, os efeitos fiscais temporários gerados por conta da adesão ao RTT estão apurados e apresentados nas rubricas de "Imposto de renda e contribuição social diferidos".

Moeda estrangeira:	Indexador e taxa anual de juros	2010	2009	01/01/2009
US\$ 284.426 (US\$ 326.760 em 2008)	Var. Cambial + 5,51% a.a.	495.243	763.639	
US\$ 77.846 (US\$ 41.423 em 2008)	Var. Cambial + 5,20% a 10,40%	135.545	96.806	
US\$ 5.742 (US\$ 19.273 em 2008)	Var. Cambial + 7,80% a.a.	9.998		
<b>Moeda nacional:</b>				
Aquisição de máquinas e equipamentos CDI (4)	132% CDI a.a. (4)	51.175	45.041	
TJLP e UMBNDES	TJLP ou cesta + 5% a.a.	660.746	789.300	
Prefixados	6,00% a.a.	187.418	163.704	146.053
		<b>187.418</b>	<b>1.516.411</b>	<b>1.840.839</b>
No passivo circulante		2.553	375.326	361.116
No passivo não circulante		184.865	1.141.085	1.479.723
		<b>187.418</b>	<b>1.516.411</b>	<b>1.840.839</b>

(1) Financiamentos contraídos no US Ex-Im Bank e SACE, em dólares norte-americanos. (2) Adiantamentos de contrato de câmbio para financiar o capital de giro da Companhia. (3) Financiamentos na modalidade Resolução 2.770 com remuneração fixa. (4) Financiamentos na modalidade de NCE - Nota de Crédito à Exportação mediante repasse de recursos externos com remuneração indexada ao CDI. O montante dos financiamentos com vencimento a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2010	2009	01/01/2009
2010			184.837
2011		156.776	184.837
2012		171.296	201.611
2013	15.405	199.583	232.107
2014	26.409	209.202	240.684
2015	26.409	209.208	238.975
2016	26.409	116.149	196.672
2017	26.409	78.871	
2018	26.409		
2019	26.409		
2020	11.006		
	<b>184.865</b>	<b>1.141.085</b>	<b>1.479.723</b>

15. Tributos a recolher	2010	2009	01/01/2009
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (a)	57.304	97.031	164.077
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	5.285	2.878	2.700
Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico - CIDE	800	1.535	600
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.011	1.087	1.054
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	595	1.373	481
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	508	1.091	1.335
Outros	2.131	5.725	200
	<b>67.634</b>	<b>110.720</b>	<b>170.447</b>
No passivo circulante	20.086	51.194	97.404
No passivo não circulante	47.548	59.526	73.043
	<b>67.634</b>	<b>110.720</b>	<b>170.447</b>

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
**Rio Polímeros S.A.**  
Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Polímeros S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.  
**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**  
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.  
**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas

(a) Refere-se, principalmente, a ICMS diferido, registrado com base no Decreto-Lei nº 25.665/1999, incidente sobre as importações de equipamentos e peças destinados à construção do parque industrial. O referido decreto permite que a Companhia, como contribuinte substitutiva, postergue o pagamento do ICMS por 6 anos contados da data da aquisição dos bens, sem a incidência de encargos financeiros. A partir do vencimento do tributo, a Companhia tem o direito à compensação dos créditos de ICMS nas suas operações, à razão de 1/48 avos.

**16. Provisão para contingências:** A composição do saldo é a seguinte:

	2010	2009	01/01/2009
Tributários			1.914
Trabalhistas	1.214	945	
Cíveis	220	220	
Provisões judiciais diversas (a)	1.434	1.165	1.914

**(a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia é parte envolvida em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia provisiona os valores dos litígios considerados como perda provável, cujos montantes são estimados e atualizados pela Administração, amparados pela opinião de seus advogados e consultores jurídicos. Movimentações das provisões:

	Judiciais diversas	Total
<b>Em 1 de janeiro de 2009</b>	1.914	1.914
Adições	1.165	1.165
Baixas por utilização e pagamentos	(1.914)	(1.914)
<b>Em 31 de dezembro de 2009</b>	<b>1.165</b>	<b>1.165</b>
Adições	269	269
Baixas por utilização e pagamentos	(4.698)	(4.698)
<b>Em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.434</b>	<b>1.434</b>

**(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:** A Companhia tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus advogados e consultores jurídicos e para as quais não há provisão constituída. Em 31 de dezembro de 2010, as ações de natureza tributária e trabalhista, totalizam R\$ 90.545 e R\$ 937, respectivamente (2009 - R\$ 8.011).

**17. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 2.039.806, representado por 1.271.898.030 ações nominativas, sendo 1.271.897.730 ordinárias e 300 preferenciais sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam do direito de preferência no reembolso de capital no caso de liquidação. Em 10 de novembro de 2010, a AGE da Riopol aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 570.000, pela sua controladora, em dinheiro, passando de R\$ 1.469.806 para R\$ 2.039.806, sem emissão de novas ações. **(b) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social.

**(c) Dividendos:** O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei nº 10.303/2001, sendo que para os exercícios sociais de 2010 e de 2009, não houve proposta de distribuição em virtude dos prejuízos acumulados registrados pela Companhia. **(d) Absorção de prejuízos:** A Administração da Companhia utilizou o saldo das reservas de lucros, para absorver parte do saldo de prejuízos fiscais, nos termos da legislação vigente, no montante de R\$ 26.745, dos quais R\$ 1.754 corresponde ao saldo da reserva legal e o restante de R\$ 24.991 corresponde ao saldo da reserva de lucros retida para investimentos.

**18. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas**

	2010
Venda líquida de sucatas e materiais diversos	(5.573)
Ajustes de inventários	(3.149)
Baixa/Alienação de ativo imobilizado	(17.090)
Multa por rompimento contratual	(14.290)
Reversão de provisão para perdas nos estoques	642
Outros	(13.436)
<b>Total</b>	<b>(52.896)</b>

**19. Resultado financeiro**

	2010	2009
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros de aplicações financeiras	2.405	4.224
Juros de clientes	21.672	115
Variações cambiais e monetárias ativas	(25.942)	328.754
Outras receitas	135	170
	<b>(1.730)</b>	<b>333.263</b>

**Despesas financeiras**

Despesas com juros	(93.238)	(131.611)
Despesas bancárias	(39.213)	(570)
Variações cambiais e monetárias passivas	(2.641)	(99.067)
Outras despesas	(13.414)	(2.380)
	<b>(148.506)</b>	<b>(233.628)</b>
<b>Total</b>	<b>(150.236)</b>	<b>99.635</b>

**20. Instrumentos financeiros:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros usuais a seguir descritos. Os valores justos de mercado estimados para os ativos, passivos e instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 são similares àqueles consignados nas demonstrações financeiras. **(a) Política de gestão de riscos financeiros:** A Companhia segue as políticas financeiras estabelecidas pela sua controladora Braskem S.A., cujo foco principal está na identificação, medição e redução eficiente do risco seja ele financeiro, seja operacional. A diretoria financeira segue estritamente os limites pré-estabelecidos, como, por exemplo, "rating" mínimo de banco para aplicações financeiras. Em relação a derivativos, nenhuma transação é realizada com fins especulativos. Somente compromissos firmes, como repagamento de empréstimos e pagamentos de juros por acordo de empréstimos, para qual o tamanho da exposição à moeda estrangeira é certo, são considerados para ações de "hedging". Vale destacar, no entanto, que, por força contratual dos financiadores externos, a Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de "swap". **(b) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros:** A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando a natureza desses instrumentos, o valor justo é

basicamentedeterminado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. **(c) Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. **(d) Risco de mercado: (i) Risco de crédito:** Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia em concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia efetua avaliação individual de seus clientes, para determinação de limite de crédito, tendo em vista que não é prática da indústria o recebimento antecipado, nem garantias, exceção feita às exportações, para as quais há carta de crédito. A Administração da Companhia monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 7). **(ii) Risco de taxa de câmbio:** A Companhia está suscetível a variações significativas, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos e ativos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía ativos e passivos em moeda estrangeira nos montantes descritos no quadro abaixo..

	2010		2009	
	Moeda US\$ mil	Reais	Moeda estrangeira US\$ mil	Reais
<b>Ativo</b>				
Aplicações em US\$			16.259	28.311
Contas a receber em US\$	27,758	46.250	12.636	22.002
		46.250		50.313
<b>Passivo</b>				
Fornecedores em US\$	19,775	32.949	7.784	13.554
Empréstimos e financiamentos em US\$			368.014	640.786
				654.340
				<b>(604.027)</b>

**Exposição líquida**

**21. Plano de pensão:** A Companhia aderiu em 2004, ao plano de previdência privada da PREVINOR - Associação de Previdência Privada, tendo como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Social aos empregados, com base no Plano de Contribuição Definida. As contribuições mensais são calculadas com base no salário de participação dos empregados. A partir de outubro de 2009, com a retirada do patrocínio da PREVINOR, a Companhia passou a patrocinar o plano de previdência privada complementar intitulado QUATTOR PREV, constituído sob a forma de contribuição definida, que tem como gestor a Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Em conformidade com o que é estabelecido pela legislação previdenciária vigente, os integrantes da Companhia podem transferir (Lei da Portabilidade) os recursos do antigo plano para o Quattor Prev. O novo plano de previdência privada complementar teve adesão inicial de 96,5% dos integrantes da Companhia. Nos termos do regulamento dos planos PREVINOR e QUATTOR PREV as contribuições realizadas pela Companhia durante o exercício de 2010 totalizaram R\$ 1.339 (R\$ 1.258 no exercício de 2009).

**22. Seguros:** A Companhia adota a política de manter adequada cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e estoques sujeitos a riscos, com base em orientações de seus consultores de seguros. As principais coberturas de seguros envolvendo riscos de incêndio, riscos operacionais e responsabilidade civil, em vigor em 31 de dezembro de 2010, encontram-se abaixo demonstradas:

Tipo de risco	Objeto	Importâncias seguradas
Riscos operacionais	Danos materiais	2.224.920
Riscos operacionais	Lucros cessantes	615.381
Responsabilidade civil	Operações, empregador e produtos	50.901

**23. Receita bruta de vendas**

	2010	2009
<b>Receita bruta de vendas</b>		
Mercado interno	1.558.245	1.130.076
Mercado externo	193.044	233.636

<b>Deduções de vendas</b>	<b>1.751.289</b>	<b>1.363.712</b>
Impostos e contribuições s/ vendas	(363.219)	(269.436)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.388.070</b>	<b>1.094.276</b>

**24. Compromissos:** • Termo de cessão de direito de uso do solo: Inicialmente a Companhia firmou um termo com a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, amparado na Lei Municipal nº 1.519/00, que lhe daria o direito de utilizar o terreno onde foi construído o parque industrial por um período de cinquenta anos, renováveis por mais cinquenta anos. Posteriormente, através do termo de cessão de uso do solo, a Prefeitura Municipal de Duque de Caxias transferiu a posse definitiva de 87,49% da área destinada à construção do parque industrial. O processo judicial que transfere a posse do restante da área à Companhia encontra-se em tramitação na 4ª Vara Cível de Duque de Caxias, e a expectativa de êxito no desfecho é favorável. • Fornecimento de matéria-prima: A Companhia, nos termos do contrato de fornecimento de matéria-prima assinado com a Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, em 22 de dezembro de 2000, tem assegurado o fornecimento de matérias-primas (etano e propano) para a produção de 500.000 toneladas/ano de eteno, que garantem o suprimento das necessidades do projeto. Considerando a cotação atual dessas matérias-primas no mercado, o compromisso anual é de aproximadamente R\$ 962.000 (não auditado). Além da garantia de fornecimento, o contrato prevê obrigações de compra e venda das referidas matérias-primas ("take or pay" e "supply or pay"). Esse contrato tem duração de 15 anos contados da data do primeiro fornecimento de etano e/ou propano, realizado após a conclusão da fase de pré-operação e testes das instalações da Companhia. Ao término desse período, não havendo manifestação contrária de qualquer uma das partes, o contrato será automaticamente renovado por períodos sucessivos de 2 anos nas mesmas condições atuais. A Companhia presta garantias, de forma solidária com seus acionistas, relativas ao pagamento pelo futuro fornecimento de matéria-prima por parte da PETROBRAS. Tais garantias serão extintas a partir (i) do pagamento desses valores pela própria Companhia, ou (ii) do pagamento da totalidade das obrigações da Companhia, aos credores nos contratos de empréstimo de longo prazo (previsto para o segundo trimestre de 2016), o que ocorrer primeiro.

demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Polímeros S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Salvador, 8 de abril de 2011

**pwc**  
PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Felipe Edmond Ayoub  
Contador CRC 1SP187402/O-4 "S" RJ